

ΠΩΛ ΗΙΛΣΙΑ

REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA
Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental da Universidade do
Estado do Amazonas

UEA 
EDIÇÕES

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. Cleinaldo de Almeida Costa
Reitor

Prof. Me. Cleto Cavalcante de Souza Leal
Vice-Reitor

Profa. Ma. Kelly Christiane Silsa e Souza
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Profa. Ma. Samara Barbosa de Menezes
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dra. Maria Paula Gomes Mourão
Pró-Reitora de pesquisa e pós-graduação

Profa. Ma. Márcia Ribeiro Maduro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. André Luiz Tannus Dutra
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Me. Orlem Pinheiro de Lima
Pró-Reitoria de Administração

Profa. Dra. Maristela Barbosa Silveira e Silva
Diretora da Editora UEA

Prof. Dr. Erivaldo Cavacanti Filho
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental

Profa. Ma. Taís Batista Fernandes Braga
Coordenadora do curso de Direito

NOVA HILEIA: REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO AMBIENTAL

ISSN: 2525-4537

Prof. Dr. Erivaldo Cavacanti Filho, UEA
Prof. Dr. Mauro A. Ponce de Leão Braga, UEA
Profa. Dra. Maria Nazareth Vasques Mota, UEA
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental

Prof. Dr. Sandro Nahmias de Melo
Editor Chefe

Prof. Me. Denison Melo de Aguiar
Editor Adjunto

Profa. Ma. Carla Cristina Torquato
Profa. Ma. Adriana Almeida Lima
Profa. Ma. Dayla Barbosa Pinto
Prof. Me. Luiz Cláudio Pires Costa
Prof. Me. Ygor Felipe Távora da Silva
Profa. Esp. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio P. Fiorillo, FMU-SP
Prof. Dr. César O. de Barros Leal, UNIFOR
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Prof. Dr. José Helder Benatti, UFPA
Prof. Dr. Fernando A. de C. Dantas, UFG-GO
Profa. Dra. Solange T. da Silva, Mackenzie - SP
Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo Affonso Leme Machado,
Universidade Metodista de Piracicaba - SP
Profa. Dra. Maria Gercilia Mota Soares, INPA
Profa. Dra. Luly R. da Cunha Fischer, UFPA
Profa. Dra. Lucas Gonçalves da Silva, UFS-SE
Profa. Dra. Lorena Fabeni, UNIFESPPA
Prof. Dr. Jeronimo Treccani, UFPA
Prof. Dra. Danielle, de Ouro Mamed, ISEPE- PR
Prof. Dr. Celso Antonio P. Fiorillo, FMU-SP
Profa. Dra. Raquel Y. Farjado, PUC-PERU
Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Primeira revisão

Prof. Me. Denison Melo de Aguiar
Revisão Final

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

Nova Hileia: Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia / Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol.3, n.2 (2017). Manaus: Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, 2017.

Semestral

ISSN: 2525-4537

**AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, FAMILIARES, FÍSICAS E PSÍQUICAS DO
DEPENDENTE DE ÁLCOOL¹**

**THE SOCIAL, FAMILY, PHYSICAL AND PSYCHIC CONSEQUENCES OF THE
ALCOHOL DEPENDENT**

Joyce Leão da Costa²
Denison Melo de Aguiar³
Átila de Oliveira Souto⁴

Resumo:

O presente artigo versa sobre o alcoolismo e as consequências sociais, familiares, físicas e psíquicas do dependente. O álcool é uma substância que acompanha o ser humano desde os tempos mais remotos. Sempre associado a bons momentos é consumido livremente dentro dos lares, em festas e comemorações. Por ser uma droga lícita, o álcool começa a ser utilizado muito antes do que o indicado por órgãos de saúde. Os incentivos para que ele seja consumido são bastante atraentes para os jovens. Os resultados derivados desse uso abusivo poderão persistir durante toda a vida adulta, causando problemas fisiológicos e psicológicos. A família de um dependente sofre as consequências desse vício juntamente com o alcoólatra. A degradação familiar, a perda do emprego e as sequelas causadas nos filhos são algumas das consequências do uso abusivo do álcool. Dependentes se veem excluídos da sociedade e vão para as ruas, onde a alternativa de sustento se apresenta de várias maneiras. Políticas públicas aparecem como tentativas de repressão ao consumo indevido de bebidas alcoólicas. O objetivo geral da pesquisa foi mostrar as consequências que o alcoolismo gera em todas as áreas da vida do dependente. A metodologia utilizada foi a de abordagem bibliográfica qualitativa-descritiva extraída de livros, artigos e revistas impressas e eletrônicas voltadas para o tema em questão. Conclui-se que são muitas as consequências negativas do uso indevido e abusivo do álcool e que a exclusão social dos alcóolicos, causa implicações à comunidade como um todo.

Palavras-Chave: álcool, dependência, exclusão social, droga.

Abstract:

This article deals with alcoholism and the social and environmental consequences of this addiction. Alcohol is a substance that has accompanied man since the earliest times. Always associated with good times, it is consumed freely within homes, at parties and celebrations. Being a licit drug, alcohol begins to be used long before that indicated by the health agencies. The incentives for it to be consumed are quite appealing to young people. The results derived from

¹ Artigo elaborado a partir da disciplina Saúde Mental, Álcool e Drogas e o Sistema Judiciário do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, da Universidade Estadual do Amazonas. Disciplina ministrada pelo Prof. Me. Denison Melo de Aguiar.

² Assistente Social. E-mail: leao_joyce@hotmail.com. Discente do curso de pós-graduação Lato Sensu em saúde mental, álcool e outras drogas na Universidade do Estado do Amazonas – UEA

³ Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (2006). Advogado (6825 - OAB/AM). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (2009 - 2011). Professor universitário da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de Soluções de Conflitos da Universidade do Estado do Amazonas (MARbiC-UEA). Professor - membro da Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental da UEA. Membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Amazonas (CEDDPH/AM). Contato: denisonaguiarx@hotmail.com.

⁴ Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário do Norte Uninorte (2014). Especialista em Educação pelo Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos (2015-2016). Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

such abusive use may persist throughout adult life, causing physiological and psychological problems. The family of a dependent suffers the consequences of this addiction together with the alcoholic. Family degradation, job loss, and the sequels caused in the children are some of the consequences of abusive use of alcohol. Dependents are excluded from society and go to the streets, where the livelihood alternative is presented in the collection of solid waste. Public policies appear as attempts to repress the misuse of alcoholic beverages. The general objective of the research was to show the consequences that alcoholism generates socially and environmentally. The methodology used was a qualitative-descriptive bibliographical approach extracted from books, articles and printed and electronic magazines focused on the subject in question. It is concluded that there are many negative consequences of alcohol misuse and abuse, and that social exclusion of alcoholics has implications for the community as a whole.

KEYWORDS: alcohol, dependency, social exclusion, solid waste.

INTRODUÇÃO

A presença do álcool na vida das pessoas é tão antiga quanto o próprio homem. Peneda (2014, p. 15) afirma que várias são as referências sobre o álcool. A autora, citando a Bíblia Sagrada, afirma que em seu primeiro livro, Gênesis, é descrita a seguinte história: "Noé foi o primeiro agricultor. Plantou uma vinha e tomou o vinho dela e embriagou-se e encontrou-se nu no interior de sua tenda". Kawa (2014) afirma que estudos indicam o uso de álcool pelo ser humano desde 6000 a.C.

Por ser uma droga lícita, seu uso é considerado comum em ambientes familiares, festas corporativas, comemorações, entre outras festividades. Por esse motivo, os adolescentes têm acesso ao álcool muito precocemente, vendo seus pais e familiares consumindo esse tipo de substância.

A adolescência é uma fase complexa da vida, onde mudanças de vários tipos ocorrem: fisiológicas, emocionais, sensoriais, entre outras, e é justamente nesse momento da vida que normalmente as pessoas têm contato com substâncias psicoativas. Porém, esse contato traz prejuízos futuros, dentre eles, a dependência alcoólica.

O alcoolismo foi classificado como doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Isto posto, o sujeito que desenvolve o alcoolismo pode ser considerado um indivíduo doente, que necessita de tratamento. Além disso, o uso prolongado de bebidas alcoólicas traz consigo doenças cardiovasculares, gastrite, cirrose, transtornos mentais e de humor, entre outros.

Os malefícios provocados pelo alcoolismo vão além. Pessoas que possuem essa dependência têm maiores chances de sofrer algum tipo de problema no ambiente de trabalho,

podendo chegar à demissão do colaborador. Contudo, os problemas relacionados ao uso indevido da bebida podem se estender na vida social e familiar.

Quando o abuso de bebidas alcoólicas é extremo, muitos usuários perdem suas casas, seus filhos, seus empregos. Essa degradação, comumente, leva esses alcoólatras a morar nas ruas, onde a coleta de resíduos sólidos passa a ser uma alternativa para sobreviver e arrecadar algum dinheiro para sustentar-se (e à família, em alguns casos). No entanto, essa realidade muitas vezes é insalubre, com locais de compra e venda repletos de lixo, causando danos ao meio ambiente.

Algumas políticas públicas foram desenvolvidas a fim de tentar amenizar os problemas relacionados ao uso excessivo de álcool. A “Lei Seca” foi instituída com diretrizes mais severas e punições maiores para indivíduos que cometem infrações ao volante sob efeito de bebidas alcoólicas.

O Objetivo Geral da Pesquisa foi mostrar as consequências danosas causadas pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em livros, revistas eletrônicas, artigos e teses sobre o tema.

2. O ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA

De acordo com Gigliotti e Bessa (2004), ao longo do tempo, o álcool sempre foi elemento presente em diferentes produtos, tais como remédios, perfumes e poções mágicas, e sempre teve lugar de destaque em várias culturas como elemento essencial de rituais religiosos. Além disso, pode servir como alimento de alguns povos, e é importante instrumento de vínculo entre as pessoas. Após a Revolução Industrial, com a evolução da sociedade, a produção das bebidas alcoólicas aumentou consideravelmente; sendo produzidas em maior quantidade, o preço reduziu e a disponibilidade aumentou. O resultado pôde ser notado rapidamente pela sociedade: aquela substância que outrora trazia alegrias e criava elos entre os indivíduos, também causava agressividade, desestruturava famílias e provocava problemas no ambiente de trabalho.

No início, afirma Kawa (2014), as bebidas possuíam um teor alcoólico mais baixo, uma vez que dependiam unicamente do processo de fermentação (como a cerveja e o vinho). Porém, na Idade Média o processo de destilação foi introduzido na Europa, o que fez com que surgissem novos tipos de bebidas alcoólicas, que passaram a ser consumidas em sua forma destilada. Curiosamente, essas bebidas foram consideradas remédios, pois, após consumi-las, as

preocupações do indivíduo extinguem-se de maneira mais rápida do que com a cerveja ou o vinho, além de proporcionarem alívio para as dores.

Para Malta et al (2011), a adolescência é um período do desenvolvimento humano marcado por mudanças fisiológicas, emocionais, sensoriais e sociais de ampla importância para a solidificação de condutas e hábitos na vida adulta. É nesta fase da vida que normalmente os indivíduos têm o primeiro contato com substâncias psicoativas como o álcool, o tabaco e outras drogas. Esse é um contato que poderá acarretar prejuízos futuros, como problemas de saúde, além de ampliar notadamente as chances desse adolescente fazer uso exagerado da bebida por toda a sua vida.

Com tal informação, corroboram Pechansky et al (2004). Para os autores, os prejuízos ligados ao uso excessivo de álcool na adolescência podem acompanhar o indivíduo durante sua vida adulta, fazendo com que aumente as chances de se tornar um dependente químico. Esse abuso, normalmente, vem acompanhado de baixo rendimento escolar, violências, abusos físicos, tabagismo, vício em drogas ilícitas e danos neuropsicológicos.

Oliveira (2011) afirma que houve ampliação significativa do consumo de álcool entre jovens e adolescentes a partir da década de 1960. O hábito de se consumir álcool precocemente, muitas vezes está ligado à necessidade de superar crises naturais da adolescência; porém, essa convivência frequente com bebidas alcoólicas pode trazer como consequência o alcoolismo. Outra importante questão que leva à ingestão exagerada de álcool nessa fase da vida é a necessidade de o jovem querer ser independente, corajoso e maduro, além do desejo de ser aceito dentro de um determinado grupo social.

Pechansky et al (2004, p. 17):

O adolescente ainda está construindo a sua identidade. Mesmo sem um diagnóstico de abuso ou dependência de álcool, pode se prejudicar com o seu consumo, à medida que se habitua a passar por uma série de situações apenas sob efeito de álcool. Vários adolescentes costumam, por exemplo, associar o lazer ao consumo de álcool, ou só conseguem tomar iniciativas em experiências afetivas e sexuais se beberem. Assim, aprendem a desenvolver habilidades apenas possíveis com o uso de álcool e, quando este não se encontra disponível, sentem-se incapazes de desempenhar estas atividades, evidenciando uma outra forma de dependência.

Conforme Oliveira (2011), outros motivos podem levar ao consumo excessivo ou moderado de álcool, além de outras substâncias, como o cigarro e outras drogas. Durante a adolescência e juventude há maior possibilidade de contato com esses elementos, ou seja, a

facilidade para participar de situações onde há consumo desses tóxicos é mais ampla. O alto consumo de bebida alcoólica pode ser justificado pela facilidade com que ela pode ser adquirida, por ser uma droga lícita, de acesso fácil, consumida por familiares e amigos. Por esse motivo é uma das drogas que apresenta maior número de dependentes no âmbito global. Todavia, se for ingerida em grandes quantidades num espaço curto de tempo pode ser fatal.

Contudo, outro ponto de vista é observado por Aratanga (2000, apud Peneda, 2014, p. 15). "O uso de álcool é considerado normal ao desenvolvimento e não o primeiro degrau para o uso das demais drogas. Dizem que é como perder o primeiro dente: uma marca registrada para todas as pessoas de nossa cultura".

2.1. As propagandas como estimulantes ao consumo de álcool

De acordo com Pechansky et al (2004), o consumo de álcool entre os adolescentes é um assunto questionável, pois, apesar de ser proibido por lei, é extremamente comum tal hábito entre os jovens. A bebida é constantemente consumida em festas familiares, entre amigos, e até mesmo em locais públicos. Segundo os autores, nesse aspecto a sociedade assume um papel bastante paradoxal, ora criticando o consumo excessivo de álcool entre os jovens e, por outro lado, agindo de forma complacente quanto às propagandas que estimulam o consumo.

Pinsky e Jundi (2008, p. 363) dissertam sobre os efeitos da propaganda:

Em nosso meio, Volchan et al. demonstraram, em uma série de elegantes experimentos, como estímulos visuais com conteúdo emocional são capazes de modular o processamento sensorial e as respostas motoras, a ponto de efetivamente modificarem o comportamento humano. Esse conhecimento tem servido aos propósitos da propaganda do álcool, como de qualquer outra, apesar da negativa reiterada dos órgãos reguladores e dos aparelhos formadores. Infelizmente, a contestação da negativa esbarra justamente na ausência de modernos estudos qualitativos e quantitativos sobre o conteúdo da propaganda e seus efeitos diretos sobre o processo de tomada de decisão. (...) Tais estudos cessaram na década de 1970 por falta de financiamento e, não raras vezes, por seu caráter antiético, justamente por implicar na manipulação planejada e direcionada da mente humana no aspecto que lhe é mais caro: sua autonomia. Do ponto de vista operativo, as estratégias de propaganda são bem-sucedidas não apenas por associarem de forma direta o consumo de seu produto com uma série de imagens agradáveis, tornando a mensagem alegre, bonita, erótica ou engraçada, mas porque essa correlação está voltada à criação de memórias afetivas positivas, ou "âncoras", fundamentais em qualquer processo de tomada de decisões.

Pinsky e Silva (1999, apud Pechansky et al, 2004), após estudos realizados sobre comerciais de bebidas alcoólicas, confirmaram que a frequência deste tipo de propaganda era superior à de comerciais sobre outros produtos, tais como: bebidas não alcoólicas, cigarros ou remédios. Verificaram, também, que era comum nesse tipo de publicidade a abordagem de temas como o humor, a amizade e o divertimento, temas diretamente envolvidos com os desejos dos jovens. Um agravante que pode ser sublinhado era a falta de mensagens, à época da pesquisa, que informasse sobre os prejuízos do consumo exagerado de bebida alcoólica.

3. O USO ABUSIVO, A DESAGREGAÇÃO FAMILIAR E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS FILHOS

De acordo com Gigliotti e Bessa (2004), a concepção do alcoolismo apareceu somente no século XVIII, após a Revolução Industrial, decorrente da maior produção e comercialização do álcool destilado. O conceito de alcoolismo crônico foi determinado pelo médico sueco Magnus Huss (1849), que o definiu como "estado de intoxicação pelo álcool que apresentava sintomas físicos, psíquicos ou mistos". Na segunda metade do século XX, o alcoolismo passa a ser considerado doença quando apresenta tolerância (quando o indivíduo precisa de doses cada vez maiores de álcool para se obter o mesmo efeito), abstinência (desconforto físico e/ou psíquico quando não há ingestão de álcool) e perda do controle.

Peneda (2014, p. 17) esclarece que:

A identificação precoce do alcoolismo é difícil, pois os sintomas e sinais clínicos só ocorrem após uso progressivo e crônico, ou seja, o uso da droga por um período prolongado. Para a realização do diagnóstico é importante o conhecimento e identificação de sinais e sintomas clínicos como traumas, dores, instabilidade de marcha, vertigem, enjoos, náuseas, tremores e medo; e também a identificação de mudanças no comportamento dos indivíduos, como beber escondido, mudanças de trabalho e domicílio.

A American Psychiatric Association citado por Heckmann e Silveira (2009, apud Peneda, 2014) citam os critérios para dependência de álcool, como sendo:

Tolerância: definida por qualquer um dos seguintes aspectos:

- Necessidade de quantidades progressivamente maiores da substância para adquirir a intoxicação ou o efeito desejado;
- Acentuada redução do efeito com o uso continuado da mesma quantidade de substância.

Abstinência: manifestada por qualquer um dos seguintes aspectos:

- Síndrome de abstinência característica para a substância;
- A mesma substância (ou uma substância estreitamente relacionada) consumida para aliviar ou evitar sintomas de abstinência.
- A substância é frequentemente consumida em maiores quantidades ou por período mais longo que o pretendido.
- Desejo persistente ou esforços malsucedidos no sentido de reduzir ou controlar o uso da substância.
- Muito tempo é gasto em atividades necessárias para a obtenção e utilização da substância ou na recuperação de seus efeitos.
- Importantes atividades sociais, ocupacionais ou recreativas são abandonadas ou reduzidas em virtude do uso da substância.
- O uso da substância continua, apesar da consciência de ter um problema físico ou psicológico persistente ou recorrente que tende a ser causado ou exacerbado pela substância (p. ex., uso atual de cocaína, embora o indivíduo reconheça que sua depressão é induzida por ela, ou consumo continuado de bebidas alcoólicas, embora o indivíduo reconheça que uma úlcera piorou pelo consumo dessa substância).

De acordo com Malta et al (2011), o consumo abusivo do álcool pode ser um fator de risco para o consumo de outras drogas como o tabaco e outras substâncias psicotrópicas ilícitas. Também podem se apresentar situações como quadros depressivos, angústias, inquietações, discussões no ambiente escolar, destruição de patrimônio e problemas com autoridades.

Amaral e Malbergier (2004, p. 157):

O diagnóstico de problemas relacionados ao uso de álcool é dificultado por uma série de aspectos: a posição defensiva dos pacientes, negando o problema, e a dos médicos, não dando credibilidade à possibilidade de tratamento, assim como utilizando conceitos morais pré-concebidos, frustram a possibilidade de tornar a entrevista clínica um processo de sensibilização e de motivação. O pouco tempo disponível dos profissionais da área de saúde e a falta de treino e de pessoal especializado nesse tipo de abordagem têm sido objeto de estudos e motivado treinamentos.

Segundo Malta et al (2011), quando ocorre o uso abusivo de bebida alcoólica, consequências negativas deste ato se manifestam na saúde desses usuários. O consumo demasiado de álcool é um dos principais fatores de risco para a manifestação de doenças cardiovasculares, acidentes de trânsito e homicídios, que representam a maior causa de morte entre a população jovem. As mortes em decorrência de acidentes e violência representam um número acima dos 5 milhões por ano em todo o mundo; deste número, quase 2 milhões ocorrem resultantes do consumo de bebidas alcoólicas.

Teixeira et al (2015) afirmam que a família do alcoólatra é atingida de todas as formas em razão dessa condição. O alcoolismo desencadeia problemas de relacionamento familiar e,

principalmente, causa sérias consequências para os filhos dos indivíduos que abusam do álcool. Esses sentimentos experimentados pela família, relacionados ao álcool, podem variar entre angústia, tristeza, revolta, discórdia, brigas, culpa, medo, sentimentos muitas vezes confusos e paradoxais.

Conforme Suassuna (2018), sintomas psicológicos se apresentam de forma frequente em membros de famílias onde há consumo abusivo de bebidas alcoólicas por um de seus componentes. Esses sintomas se evidenciam através de disfunções comportamentais, consumo prematuro de álcool e outras drogas, problemas intelectuais, dificuldades de aprendizagem, ansiedade, hiperatividade e depressão. Para mais, filhos de pais alcoólicos desenvolvem mais frequentemente problemas fisiológicos e psíquicos, como atrasos no crescimento, imaturidade afetiva e alterações emocionais e de comportamento.

4. SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL – NOVAS FORMAS DE SUSTENTAR O VÍCIO E A FAMÍLIA

De acordo com Amaral e Malbergier (2004), trabalhadores que possuem problemas em relação ao uso abusivo de álcool costumam faltar mais ao trabalho e estão mais sujeitos a atrasos. No Brasil, o alcoolismo apresenta números significativos para afastamentos do ambiente profissional e solicitações de auxílio-doença no sistema previdenciário; além disso, esses pacientes utilizam mais os serviços de saúde.

Souza et al (2005) afirmam que a concepção da relação entre trabalho e consumo de álcool na adolescência é muito relevante, pois é um indicativo do acesso à vida adulta. Souza et al (2005, p. 586):

O conhecimento da relação entre trabalho e uso de álcool no período da adolescência é de grande importância, pois marca a entrada no mundo adulto. A adoção de ambos nessa fase do desenvolvimento humano pode ser considerada problemática, pelo consumo de álcool ser um comportamento potencialmente prejudicial à saúde, com possibilidades de ser mantido na maturidade. Por outro lado, existe a crença de que o trabalho seria bom para os adolescentes de idade escolar se manterem ocupados, fora da rua, além de contribuir na socialização, por meio de valores positivos do adulto. Porém, há estudos que divulgam a existência de associação entre trabalho e comportamentos disfuncionais, como, por exemplo, o uso indevido de álcool.

Segundo Oliveira (2011), a ligação entre trabalho e alcoolismo causa danos tanto ao empregado quanto ao empregador. Essa condição dificulta as relações organizacionais, causa

acidentes de trabalho e traz prejuízos econômicos devido a faltas injustificadas e queda produtiva consequente do trabalho mediano desenvolvido pelo funcionário alcoolista. Muitas vezes, o ato final deste enredo é a demissão do colaborador dependente.

De acordo com Flausino (2009), normalmente, as razões pelas quais os indivíduos são excluídos pela sociedade e vão morar nas ruas são as mesmas pelas quais eles abusam de substâncias tóxicas, como álcool e drogas. Elas são pertinentes às complicações de se estabelecer no mercado formal de trabalho, experiências de vida destrutivas, abandono, prisão, trabalho infantil e violência doméstica. Muitas vezes, o que leva essas pessoas ao consumo excessivo de álcool e drogas é o fato de estarem vivendo em condição de rua, e não o inverso.

Desta forma, pode-se compreender que existem vários fatores que poderiam ajudar para que essas pessoas estivessem em condições diferentes. Em muitos casos, quando existe trabalho e melhores condições de vida, as chances desses indivíduos não abusarem do álcool crescem significativamente. Quando há mudanças positivas na vida, existe grande probabilidade de se deixar o vício de lado.

Varanda (2009) afirma que não há como tratar um indivíduo que vive em situação de rua e abusa do consumo de álcool e drogas somente pelos aspectos do consumo dessas substâncias, colocando toda a culpa somente no indivíduo pela situação em que ele se encontra; há que se enxergar, também, os fatores socioeconômicos relacionados à questão.

Sobre a abordagem feita para que alcoólatras se recuperem, Varanda (2009, p.1) reitera que:

A população de rua é considerada uma contaminação do espaço público. Vistos desta forma, eles são o resíduo do descarte humano, uma população que é excedente do ponto de vista produtivo. Nesse caso, o foco não é a pessoa, mas o mal-estar que ela provoca pela simples presença dela debaixo de uma marquise. Nós abordamos o problema retirando a pessoa do lugar em que ela se encontra, resolvendo o problema estético da cidade. Se você resolver levar o morador de rua para um Narcóticos Anônimos ou para um Alcoólicos Anônimos, ele até pode parar de beber ou usar drogas temporariamente. Mas vai continuar na rua, sem ter onde morar e como se sustentar. Portanto, essas abordagens estão de antemão fadadas ao fracasso.

Magera (2003, apud Medeiros e Macedo, 2006) afirma que um dos trabalhos mais comuns a que os moradores de rua, que se encontram em condições vulneráveis por causa do abuso de bebidas alcoólicas, se submetem é o de catador de resíduos sólidos. O trabalho é pesado e exaustivo, pois, os carrinhos são muito pesados, além de se deslocarem usando a força humana. Os catadores andam pelas ruas atrás de materiais que possam ser vendidos e, com isso, conseguir o sustento de suas famílias. O que ocorre, muitas vezes, é a exploração praticada pelos donos de depósitos de

lixo (clandestinos, algumas vezes) que oferecem como pagamento de um dia inteiro de trabalho, um valor irrisório ou uma bebida alcoólica, incentivando, desta forma, o consumo de álcool desses cidadãos.

De acordo com Medeiros e Macedo (2006), para muitos, este trabalho se configura como a única forma de prover o sustento de suas famílias ou, até mesmo, de garantir a própria sobrevivência nas ruas. Para alguns, é a possibilidade de ser incluído novamente no mercado de trabalho, mesmo que seja informalmente. Assim sendo, fica clara a importância, sob a ótica social e econômica, da coleta de resíduos sólidos. Além do mais, há o aspecto ambiental, que não pode deixar de ser citado, onde a coleta desses materiais representa papel importante na preservação do meio ambiente.

Conforme explana Rosa (2011), apesar de ser alternativa de faturar algum dinheiro que possa ser usado tanto para comprar comida quanto para comprar bebidas ou drogas, o comércio de compra e venda de resíduos sólidos também produz insalubridade e acaba por fomentar a presença de viciados nas regiões centrais das grandes cidades, gerando a decadência desses lugares.

5. CONSCIENTIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Peneda (2014), a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica o alcoolismo como "síndrome da dependência do álcool" e o listou no Código Internacional das Doenças (CID) em área referente aos "transtornos mentais e de comportamento" incentivados pelo consumo exagerado de bebida alcoólica - a primeira vez que a OMS classificou o alcoolismo como doença foi no ano de 1967, após Conferência Mundial da Saúde. Desta forma, o alcoolismo passou a ser compreendido como o conjunto de hábitos e reações físicas que ganham tal prioridade na vida de um sujeito, levando-o a desfazer-se de valores e convicções que outrora se mostravam relevantes e inquestionáveis.

Conforme Pinsky e Pavarino Filho (2007), os acidentes de trânsito e os efeitos da ingestão de bebidas alcoólicas estão entre os grandes problemas de saúde pública no Brasil. Esse fato pode estar ligado ao fato de dirigir embriagado, porém, também podem se manifestar de forma autônoma. Pesquisas sobre o consumo de bebidas alcoólicas demonstram a influência desse hábito na saúde pública: elas são bastante conhecidas pelos adolescentes, que começam a usá-la, em média, logo após os 12 anos - idade muito inferior da prevista em lei para o consumo.

Segundo Peneda (2014), algumas medidas preventivas podem ser tomadas para tentar evitar o alcoolismo:

- Conscientização e informação dos indivíduos, provendo conhecimento sobre o tema;
- Educação sobre o assunto nas escolas;
- Criação de políticas públicas para coibir o consumo de álcool por determinadas pessoas (como grávidas, idosos e pessoas com doenças físicas declaradas);
- E em locais pré-determinados, como o ambiente de trabalho.

No ano de 2007 foi criada a Política Nacional sobre o Álcool, através do Decreto de nº 6.117 (Brasil, 2007). Com tal política, pretendeu-se propor medidas para a reduzir o consumo indevido de bebidas alcoólicas e sua associação com a criminalidade e violência. O anexo I da Política Nacional sobre o Álcool determina os objetivos, informa e protege a população quanto ao consumo do álcool, conceitua a bebida alcoólica e dá diretrizes da Política.

Já o anexo II propõe medidas para diminuir e prevenir danos à saúde, e também para reduzir situações de violência e criminalidade referentes ao uso abusivo de álcool. Algumas medidas podem ser aplicadas pelos órgãos de governo e outras deverão ter participação ativa de outros atores da sociedade. Essas providências são referentes:

- à pesquisa sobre o consumo de álcool no Brasil;
- à propaganda de bebidas alcoólicas;
- ao tratamento e reinserção social de pessoas alcoólatras;
- à realização de campanhas informativas, que sensibilizem a sociedade quanto ao uso excessivo de bebidas alcoólicas;
- à redução do consumo de álcool por populações vulneráveis;
- à segurança pública;
- à associação entre álcool e trânsito;
- à qualificação de profissionais e agentes propagadores de informações sobre saúde, educação, trabalho e segurança pública;
- ao estabelecimento de parceria com os municípios para a recomendação de ações locais.

Como forma de tentar reprimir o uso de bebidas alcoólicas antes de dirigir, no ano de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.705 (Brasil, 2008), conhecida como "Lei Seca", que alterou alguns dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro, asseverando penas mais rígidas para o motorista que dirigir sob efeitos de ingestão de álcool ou outras drogas com substâncias psicoativas que causem dependência. De acordo com a referida lei, o condutor que estiver dirigindo embriagado estará sujeito à multa, suspensão do ato de dirigir, recolhimento do documento de habilitação e, em determinados casos, à pena de detenção de seis meses a três anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudo sobre o tema do alcoolismo, verifica-se que os danos causados por essa dependência são realmente maléficos. A devastação que acompanha o vício pode ser notada em vários aspectos da vida do alcoólatra: social, organizacional, moral, ambiental, econômico, físico, psíquico, entre outros.

O diagnóstico de alcoolismo pode ser muito difícil de ser feito, tendo em vista que muitos dependentes não se veem como tal. Por ser habitualmente consumido, muitas vezes o uso indevido do álcool passa despercebido; quando se percebe algo de errado, pode ser tarde demais.

Por esse motivo, a criação de políticas públicas que envolvem o tema é assunto complexo. Alguns decretos e leis são promulgados com o intuito de se minimizar os impactos causados pelo abuso do álcool, porém é preciso que a sociedade se conscientize sobre os graves efeitos provocados pela ingestão indevida e excessiva de bebidas alcoólicas, principalmente quando este ato ocorre antes de se conduzir um veículo.

A dependência que leva o indivíduo a perder a família, os amigos, a convivência social, o emprego e a dignidade, o torna um excluído da sociedade. Quando o vício chega ao ponto de fazer esse ser humano morar na rua, todos os seus critérios de valores e princípios desabam, fazendo com que ele não tenha mais apreço pela limpeza, seja dele próprio ou do local onde está vivendo.

Dessa forma, ele nunca perderá o direito constitucional de todo cidadão, que é viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado, item essencial à sadia qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ricardo A.; MALBERGIER, André. **Avaliação de instrumento de detecção de problemas relacionados ao uso de álcool (CAGE)** entre trabalhadores da Prefeitura do Campus da Universidade de São Paulo (USP) - Campus Capital. *Rev Bras Psiquiatr* 2004;26(3):156-63.

BRASIL. Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007 - **aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm> Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008 - **dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, terapias e defensivos agrícolas, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11705.htm> Acesso em: 15 out. 2018.

FLAUSINO, Beatriz. **Uso de álcool e drogas por moradores de rua tem abordagem equivocada.** 10/07/2009. Diário da Saúde. Disponível em: <https://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=uso-alcool-drogas-moradores-rua-tem-abordagem-equivocada&id=4298> > Acesso em: 15 out. 2018.

GIGLIOTTI, Analice; BESSA, Marco A. **Síndrome de dependência do álcool: critérios diagnósticos.** *Rev Bras Psiquiatr* 2004;26(Supl I):11-13.

KAWA, Luciane. Bebidas alcoólicas – **Álcool etílico (Etanol).** 08/02/2014. Disponível em: <http://professoralucianekawa.blogspot.com/2014/02/bebidas-alcoolicas-etanol.html> > Acesso em: 14 out. 2018.

MALTA, Deborah C.; MASCARENHAS, Márcio D. M.; PORTO, Denise L.; DUARTE, Eliane A.; SARDINHA, Luciana M.; BARRETO, Sandhi M.; MORAIS NETO, Otaliba L. **Prevalência do consumo de álcool e drogas entre adolescentes: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde.** *Rev Bras Epidemiol* 2011; 14(1) Supl.: 136-46.

MEDEIROS, Luiza F.R.; MACEDO, Kátia B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** *Universidade Católica de Goiás. Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006.

OLIVEIRA, Amanda M. **Alcoolismo no ambiente profissional.** Fundação Educacional do Município de Assis. Assis/2011.

PECHANSKY, Flavio; SZOBOT, Claudia M.; SCIVOLETTO, Sandra. **Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos.** *Rev Bras Psiquiatr* 2004;26(Supl I):14-17.

PENEDA, Juliana. **Alcoolismo em programa de saúde da família.** Universidade Federal de Minas Gerais. Campos Gerais - Minas Gerais / 2014.

PINSKY, Ilana; PAVARINO FILHO, Roberto V. **A apologia do consumo de bebidas alcoólicas e da velocidade no trânsito no Brasil:** considerações sobre a propaganda de dois problemas de saúde pública. Rev Psiquiatr RS. 2007;27(1)-78-86.

PINSKY, Ilana; JUNDI, Sami A. R. J. El. **O impacto da publicidade de bebidas alcoólicas sobre o consumo entre jovens:** revisão da literatura internacional. Rev Bras Psiquiatr. 2008;30(4):362-74.

ROSA, Edson. **O lado obscuro da reciclagem.** Mercado clandestino alimenta o consumo de crack em Florianópolis. 03/04/2011. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/o-lado-obscuro-da-reciclagem> > Acesso em: 14 out. 2018.

SOUZA, Delma P. O.; ARECO, Kelsy N.; SILVEIRA FILHO, Dartiu X. **Álcool e alcoolismo entre adolescentes da rede estadual de ensino de Cuiabá,** Mato Grosso. Rev. Saúde Pública 2005; 39(4):585-92.

SUASSUNA, Virginia. **O alcoolismo na família e as consequências para os filhos.** 14/05/2018. Disponível em: <https://ludovica.opopular.com.br/blogs/educar-sem-complicar/educar-sem-complicar-1.913447/o-alcoolismo-na-fam%C3%ADlia-e-as-consequ%C3%AAncias-para-os-filhos-1.1527169> > Acesso em: 14 out. 2018.

TEIXEIRA, Edvan P.; HOEPERS, Neiva J.; CORREA, Sonia M.; DAGOSTIN, Valdemira S.; SORATTO, Maria T. **O enfrentamento da família diante do alcoolismo.** Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - UNESC. Rev.Saúde.Com 2015; 11(3): 213-226.

VARANDA, Walter. **Uso de álcool e drogas por moradores de rua tem abordagem equivocada.** DIÁRIO DA SAÚDE: 10/07/2009. Entrevista concedida a Beatriz Flausino. Disponível em: <https://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=uso-alcool-drogas-moradores-rua-tem-abordagem-equivocada&id=4298> > Acesso em: 15 out. 2018.

Data de submissão: 15 de novembro de 2018.

Data de aprovação: 10 de janeiro de 2019.